



Ursula von der Leyen  
Presidente da Comissão Europeia

Charles Michel  
Presidente do Conselho Europeu

Primeiros Ministros/Chefes de Estado

David Sassoli  
Presidente do Parlamento Europeu

Andrej Plenković  
Presidente do Governo da República da Croácia

Mario Centeno  
Presidente do Eurogrupo

Christine Lagarde  
Presidente do Banco Central Europeu

Carta enviada por e-mail :

[ec-president-vdl@ec.europa.eu](mailto:ec-president-vdl@ec.europa.eu);

[ec.secretariat@european-council.europa.eu](mailto:ec.secretariat@european-council.europa.eu);

[David.SASSOLI@europarl.europa.eu](mailto:David.SASSOLI@europarl.europa.eu)

[predsjednik@vlada.hr](mailto:predsjednik@vlada.hr); [hugo.coelho@mf.gov.pt](mailto:hugo.coelho@mf.gov.pt)

[office.president@ecb.europa.eu](mailto:office.president@ecb.europa.eu)

## **Preocupações: Medidas de emergência para salvar empregos e para proteger os direitos dos trabalhadores na União Europeia**

Caros Presidentes, Caros Primeiros Ministros, Caros Chefes de Estado,

As instituições da UE e muitos governos dos Estados Membros implementaram nas últimas semanas medidas extraordinárias de apoio aos trabalhadores e às empresas que enfrentam a emergência do COVID-19.

**Apesar desses esforços, os trabalhadores continuam a sofrer com despedimentos em larga escala, não pagamento de salários e perdas de rendimento, ambientes de trabalho inseguros e violações dos seus direitos e proteções.**

**A medida mais importante que os parceiros sociais têm reivindicado - acordos de trabalho e compensação de rendimento de curta duração - a única medida que pode manter as pessoas nos seus empregos e evitar o desemprego maciço e a recessão - está operacional apenas em alguns Estados-Membros e com muitos limites.**

Em alguns países a medida não cobre todos os trabalhadores em todos os setores, em alguns países a medida termina após algumas semanas e compensa apenas uma parte limitada do salário; em alguns países, os recursos disponíveis não são suficientes para abranger todos os trabalhadores afetados e em alguns países a medida simplesmente não existe nem se prevê a sua adoção.

Mesmo nos países em que as medidas poderiam atender à emergência, nem todos os empregadores recorrem a ela – quer porque as empresas não conseguem sobreviver à crise devido à falta de liquidez e de encerramento, quer por não conseguirem aceder à medida (geralmente o caso das PME) ou porque preferem demitir trabalhadores em lugar de se envolver em negociações para aplicar acordos de trabalho de curta duração.

**Em resultado dessa situação os sindicatos vêem-se confrontado, a nível nacional e setorial, com desemprego ou perda de rendimentos sem o direito a qualquer compensação de centenas de milhares de trabalhadores. Esta situação está a criar uma dramática crise social que em breve se transformará numa crise económica, da qual será muito difícil a Europa recuperar.**

A situação é ainda pior para os trabalhadores atípicos e independentes, que não beneficiam de nenhuma medida de apoio na maioria dos Estados-Membros. Sem mencionar os trabalhadores fronteiriços, migrantes e não declarados. Os pagamentos de baixa por doença raramente compensam as perdas de rendimento por todo o período de recuperação do vírus.

**Além disso, alguns governos estão a introduzir iniciativas legislativas que visam a redução dos direitos sindicais e dos direitos e proteções dos trabalhadores, em particular relacionados com despedimentos, com tempo de trabalho, com salários mínimos, com acordos coletivos e com o diálogo social. A ação levada a cabo pelos sindicatos nacionais com o apoio da CES travou essas tentativas até agora, mas não estamos confiantes de que não tentarão novamente a sua implementação.**

*Por último, assistimos a diferentes tentativas por parte de empregadores sem escrúpulos que usam a emergência da COVID-19 como desculpa para despedir trabalhadores, para baixar os seus salários e para reduzir os seus direitos e proteções.*

Neste contexto, apelamos a que a instituição que representa tome medidas urgentes. Em particular:

- **Apelamos a que os Estados Membros** se abstenham de qualquer iniciativa que vise a redução de salários, de direitos e de proteções dos trabalhadores ou que comprometam o diálogo social.
- **Apelamos a que os Estados Membros** instaurem urgentemente medidas com disposições para acordos de trabalho de curto prazo e para compensação de rendimentos, que abranjam todos os trabalhadores, nomeadamente trabalhadores atípicos/ independentes / precários / não declarados - e todas as empresas de qualquer dimensão e em todos os setores.
- **Apelamos a que os Estados Membros** proporcionem acesso a benefícios de desemprego sem restrições ou sem períodos de espera, prolonguem a duração da licença médica, estendam a sua cobertura a todos os trabalhadores e aumentem o nível de compensação de rendimentos.
- **Apelamos a que a Comissão Europeia** estabeleça com urgência um Regime Europeu de Seguro de Desemprego (SURE) que intervenha não apenas a nível do apoio aos sistemas de desemprego, mas principalmente das disposições para acordos de trabalho e para compensação de rendimentos a curto prazo, de forma a permitir que essas medidas sejam estabelecidas, operacionais e universalmente acessíveis em todos os Estados-Membros.
- **Apelamos a que o Conselho Europeu, o Eurogrupo e a Comissão Europeia** garantam que este Regime Europeu seja apoiado por suficiente financiamento, através do estabelecimento de um instrumento comum de dívida.
- **Apelamos a que o BCE, todas as instituições financeiras nacionais e europeias, a Comissão Europeia e os Estados Membros** estabeleçam condicionantes claras para todos os tipos de financiamento concedido às empresas, aos serviços bancários e financeiros e aos serviços de interesse geral: sem demissões de trabalhadores, sem redução de salários e de direitos, sem distribuição de dividendos aos beneficiários do financiamento público.

Estamos todos a viver numa situação de emergência sem precedentes. Temos que assumir a responsabilidade de proteger as pessoas, em primeiro lugar e agora, e que evitar o desemprego, a pobreza e a recessão em massa, o que colocará em risco as nossas democracias e a União Europeia, durante a próxima década.

Agradecemos a vossa atenção.

Com os melhores cumprimentos,



Luca Visentini  
Secretário Geral